

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006744-57.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **Marli Teixeira Pichirilli**  
 Requerido: **KAZZAN INTELIGENCIA EM COMERCIO ELETRONICO representante legal JESSICA PEREIRA DA SILVA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido produto veiculado pela ré, realizando o correspondente pagamento sem que ele lhe tivesse sido entregue.

Almeja à condenação da ré ao ressarcimento desse montante.

Tomo de início a manifestação de fls. 143/144 como pedido de desistência da ação em relação à ré **KAZANN INTELIGÊNCIA EM COMÉRCIO ELETRÔNICO**, homologando-o para que produza seus regulares efeitos e **extinguindo o processo** quanto à mesma na forma do art. 267, inc. VIII, do Código de Processo Civil.

No mais, a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada em contestação pela ré **BUSCAPÉ COMPANY INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.** não merece acolhimento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Com efeito, a sua responsabilidade na reparação dos danos reclamados deriva da solidariedade prevista no art. 18 do CDC entre todos os participantes da cadeia de produção.

Ela com certeza enquadra-se nessa condição, porquanto sua atuação viabilizou a concretização do negócio em apreço, oferecendo à autora oportunidade e segurança a seu propósito.

Na verdade, no objeto social da ré destacam-se a promoção de vendas, a facilitação no contato entre fornecedores e potenciais consumidores e a intermediação de negócios (fl. 50), o que inegavelmente representa importante atrativo a possíveis interessados nesse tipo de transação que se dá no âmbito da rede mundial de computadores.

De outra parte, a veiculação de anúncios implica atividade comercial que firma liame com as vendas encaminhadas a partir daí, sendo por isso que se consumam.

Fica patenteada a ligação da ré, portanto, na cadeia de produção e em consequência não se concebe que se exima pelo que veio então a suceder.

É oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

*“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a ‘fornecedor’ está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção. E esses fornecedores, diz a norma, respondem ‘solidariamente’. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).*

*Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).*

Não obstante, é óbvio que como decorrência da solidariedade poderá aquele acionado para a reparação dos danos *“exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante”* (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223).

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h**  
**Público << Campo excluído do banco de dados >>**

Rejeito, pois, a prejudicial arguida.

No mérito, os documentos que instruíram a petição inicial confirmam a compra feita pela autora e o pagamento a ela relativo.

Confirmam, ainda, que o produto adquirido não foi entregue, nada sendo amealhado aos autos para levar a conclusão contrária.

O quadro delineado torna de rigor a rescisão do contrato e a restituição do valor pago pela autora, sob pena de configuração de inconcebível enriquecimento sem causa com o recebimento de montante sem que o produto a ele relativo fosse entregue.

Aliás, a jurisprudência em situações semelhantes já perfilhou esse mesmo entendimento:

*“Coisa móvel. Compra e venda. Negócio realizado por meio de site na rede mundial de computadores (internet). Culpa do titular do dito site em evitar que terceiro fraudulentamente viesse se passar por comprador e lograr se apropriar da coisa. Indenização por danos morais incabível. Ação de indenização. Improcedência. Inversão parcial do julgamento.”* (TJSP, Apel. nº 990.10.269318-0, São Carlos, rel. Des. **SEBASTIÃO FLÁVIO**, j. 15.02.2011 - grifei).

*“Indenização. Danos material e moral. Negociação através do portal 'Mercado Livre'. Comunicação fraudulenta de pagamento. Remessa de mercadoria sem recebimento do preço pelo vendedor. Relação de Consumo. Art. 14 CDC. Prestação de serviço. Responsabilidade objetiva e solidária. Dano moral. Não caracterização. Indenização indevida. Mero aborrecimento. Procedência parcial mantida. Apelos desprovidos.”* (TJSP, Apel. nº 990.10.299703/0, Rel. Des. **DIMAS CARNEIRO** - grifei).

Aplica-se mutatis mutandis essa mesma orientação ao caso dos autos, de modo que a pretensão deduzida prospera, portanto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão da compra e venda tratada nos autos e para condenar a ré **BUSCAPÉ COMPANY INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.** a pagar à autora a quantia de R\$ 1.544,00, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2014 (época do desembolso de fl. 08), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**